

EDUCAÇÃO

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

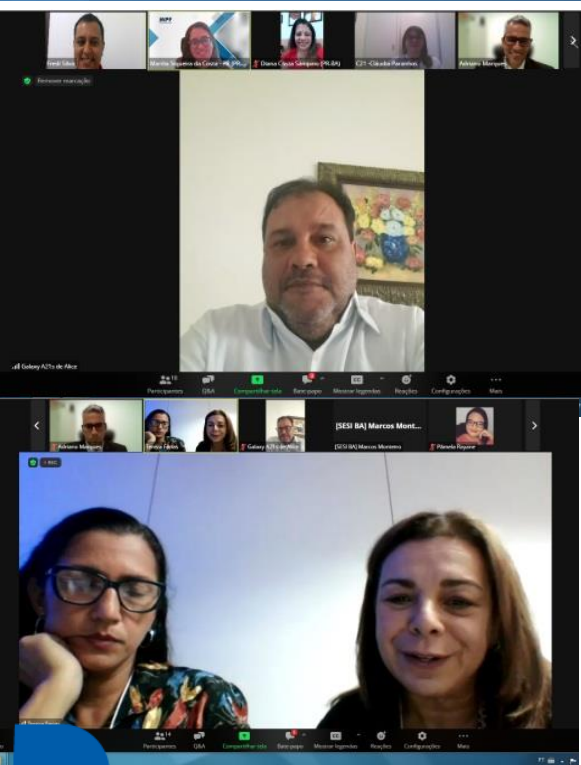
Edição 04 Julho-Agosto | 2023

Índice

03	Projeto de educação inclusiva do MP baiano é apresentado ao MEC
04	Reunião do comitê estadual de segurança nas escolas apresenta balanço das ações realizadas no primeiro semestre
05	Reunião com pais de alunos superdotados debate melhorias na educação
06	MP adere a projeto do TCE sobre educação
07	Bahia tem 83% de obras solicitadas através do Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica
08	Reunião debate implantação da Lei Lucas na Bahia
09	Uneb irá flexibilizar currículos dos cursos de saúde para se adaptar à Lei da Inclusão
10	Comemoração dos 40 anos da UNEB
11	Reunião discute insuficiência de profissionais de educação inclusiva em Salvador e na Bahia
12	MP aciona profissionais de apoio a alunos com deficiências
13	Acordo para garantir acesso ao EJA em Salvador é discutido em encontro
14	MP requer cumprimento de decisão para Município de Brumado regularizar o atendimento de crianças e adolescentes autistas
15	MP aciona Justiça para que Brumado restabeleça o transporte escolar gratuito
16	MP recomenda medidas de segurança para retomada das aulas no Colégio Estadual Luiz Viana Filho
17	Ações de suporte jurídico e pedagógico



Projeto de educação inclusiva do MP baiano é apresentado ao MEC



A importância do desenvolvimento e aplicação de práticas de educação inclusiva nas unidades de ensino e da implementação de um sistema com interoperacionalidade foi destacada no dia 31 de Julho, durante reunião do MPBA com o MEC. A reunião foi realizada para apresentação do “Projeto Educação Inclusiva”, do MP baiano, ao MEC e teve a participação dos promotores de Justiça Adalvo Dourado e Adriano Marques, respectivamente, coordenador do Centro de Defesa da Educação (Ceduc) e gerente do ‘Projeto Educação Inclusiva’, e da coordenadora-geral de Estratégia da Educação Básica do Ministério da Educação, Tereza Santos Farias.

Durante a reunião foi apresentado o protótipo do aplicativo desenvolvido pelo MPBA em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi), que facilitará a aplicação do projeto, bem como a execução de práticas de educação inclusiva efetivas em todos os níveis de educação. Também participaram do encontro, que aconteceu por meio remoto, a procuradora da República do Ministério Público da União, Marília Siqueira Costa; a coordenadora do Grupo de Pesquisa Educação Inclusiva e Diversidade (Educid), Cláudia Paranhos de Jesus Portela; a coordenadora do Sesi, Cléssia Lobo de Moraes Machad; além de outros representantes da instituição.

Fonte: [Imprensa MPBA](#) (Texto adaptado)

Reunião do comitê estadual de segurança nas escolas apresenta balanço das ações realizadas no primeiro semestre

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Adalvo Dourado, participou no dia de julho, da quarta reunião ordinária do Comitê Estadual Intersectorial de Segurança nas Escolas (Cise), na sede da Secretaria Estadual de Educação (SEC), no CAB. Na ocasião foi apresentado um balanço das ações realizadas pelas secretarias estaduais de Educação e de Segurança Pública. Também foram debatidas algumas propostas que fazem parte do projeto 'Escola Segura', que visa garantir a paz e segurança em todos os espaços escolares. O Cise integra órgãos, entidades da administração pública e representantes da sociedade civil para articularem de forma conjunta políticas de segurança nas escolas.



Fonte: Imprensa MPBA

[Leia na íntegra](#)

Reunião com pais de alunos superdotados debate melhorias na educação



O Dia Internacional da Superdotação foi celebrado no dia 10 de agosto, no turno da manhã, no Ministério Público estadual, por meio do coordenador do Ceduc, promotor de Justiça Adalvo Dourado; das promotoras de Justiça Aline Curvêlo e Mayanna Ferreira, além de servidores, reuniram-se com pais que possuem filhos com Altas Habilidades e Superdotação (AH/SD) para debaterem as necessidades e direitos cabíveis a essas crianças e adolescentes.

Entre as demandas apresentadas estão: o atendimento adequado em escolas públicas e privadas; acesso a profissionais especializados; e o cumprimento da legislação aplicável aos estudantes AH/SD. Foi deliberado que será entregue ao MP um relatório circunstanciando os problemas enfrentados na rede pública e privada em virtude da falta de efetivação da lei que assiste pessoas superdotadas.

Fonte: [Imprensa MPBA](#)

MP adere a projeto do TCE sobre educação

O Ministério Público, por meio do Centro de Apoio Operacional da Educação (Ceduc), aderiu ao projeto 'A Educação é da Nossa Conta', do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O projeto foi apresentado ao coordenador do Ceduc, promotor de Justiça Adalvo Dourado, ao chefe de Gabinete do MP, promotor de Justiça Pedro Maia, e ao coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), promotor de Justiça Tiago Quadros, numa reunião realizada no dia 24 de julho na sede do MP, no CAB, pela conselheira do TCE Carolina Matos. "A efetividade das políticas públicas educacionais exige uma ação articulada dos órgãos de controle numa perspectiva interiorizada e inclusiva", afirmou Adalvo Dourado, ao sinalizar pela adesão do MP ao projeto, uma ação interinstitucional que tem o objetivo de promover a capacitação numa perspectiva de interiorização. A conselheira do TCE, que já desenvolve o projeto desde 2017, enalteceu a "pronta adesão do MP" ao projeto 'A Educação é da Nossa Conta'. "A Bahia apresenta acentuado desafio na execução das políticas públicas educacionais, especialmente, pela extensão territorial e por desigualdades enraizadas em diferentes dimensões. Nesse contexto, a articulação das competências do MP com o TCE e demais parceiros institucionais é fundamental para o efetivo cumprimento das políticas públicas educacionais, por meio do planejamento, governança e controle", afirmou Carolina Matos.

Fonte: [Imprensa MPBA](#)



Bahia tem 83% de obras solicitadas através do Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica

O Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação - CEDUC, encaminhou aos Promotores com atuação na Defesa da Educação Ofício Circular Conjunto nº 01/2023 – GPGJ para que houvesse atuação ministerial em relação ao “Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica”, instituído pela [Medida Provisória 1174/2023](#) e através da publicação da [Portaria conjunta MEC/MGI/CGU nº 82/2023](#).

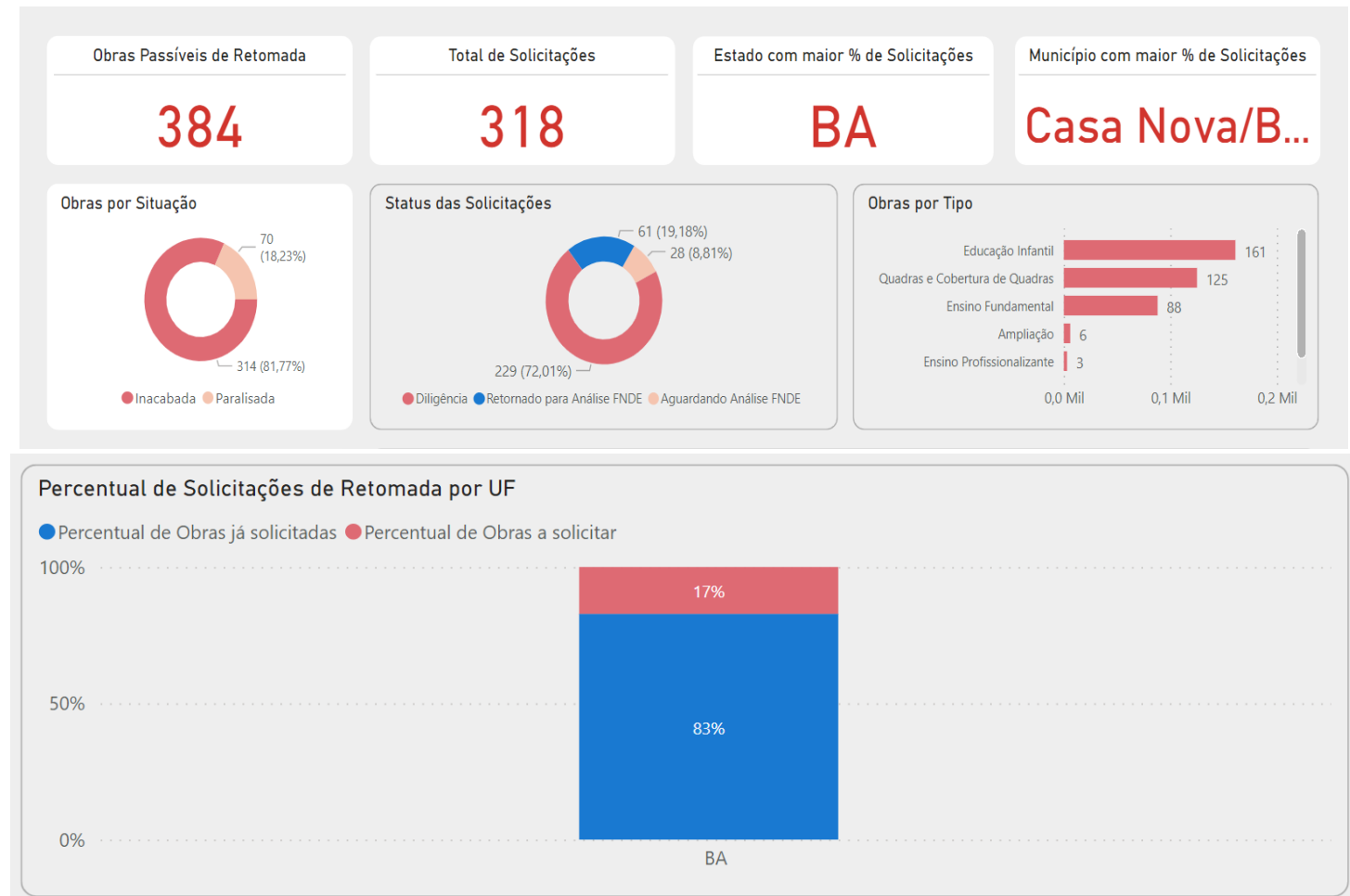
Segundo o [portal do Ministério da Educação](#), das 3.641 obras aptas a serem incluídas no Pacto, 2.908 manifestaram o interesse na retomada via Sistema Integrado de Monitoramento e Execução e Controle (Simec), uma taxa de 79,86%.

Com relação ao estado da Bahia, são 384 obras passíveis de retomada, onde houve 318 solicitações, totalizando um percentual de 83% de obras já solicitadas, como pode ser visualizado pelo painel de acompanhamento destacado na imagem ao lado.

Maiores informações acessar: [Painel de acompanhamento](#)



Painel de Acompanhamento



Fonte dos dados: FNDE

Reunião debate implantação da Lei Lucas na Bahia

Uma audiência pública vai discutir a Lei que exige noções de primeiros socorros em escolas



Uma reunião na 1ª Promotoria de Justiça de Educação de Salvador discutiu a aplicação da Lei Lucas na rede de ensino público e privado na Bahia. A lei de 2018 tornou obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Coordenada pela promotora de Justiça Nidalva Brito, a reunião, realizada no dia 24 de agosto, contou com a participação do coordenador do Centro de Apoio Operacional da Educação, promotor de Justiça Adalvo Dourado, e de representantes das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, do Corpo de Bombeiros, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia (Sinepe) e dos Conselhos Estadual e Municipal de Salvador de Educação. A promotora de Justiça requisitou que todos os órgãos presentes formalizassem as ações já executadas para a implantação da Lei, bem como seus planos existentes em relatórios a serem enviados ao Ministério Público no prazo de 15 dias úteis. Uma audiência pública para debater o tema foi agendada para o dia 03 de outubro.

Fonte: [Imprensa MPBA](#)

Uneb irá flexibilizar currículos dos cursos de saúde para se adaptar à Lei da Inclusão



Os cursos da área de saúde da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) serão adaptados para que se adequem à Lei da Inclusão (13.145). Esse foi o compromisso assumido pela instituição de ensino com o Ministério Público estadual, em reunião realizada no dia 1º de agosto, na sede do MP, no bairro de Nazaré, em Salvador. A adaptação seguirá as orientações do Ministério da Educação e do Conselho Estadual de Educação. O compromisso, firmado junto à promotora de Justiça Adelina Oliveira Carvalho, surgiu da necessidade de adequar o curso de medicina às necessidades especiais do estudante Diego Reis Martins, um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que cursa medicina na Universidade.

O MP concedeu um prazo, que foi até o dia 18 de agosto para que a Procuradoria Jurídica da Uneb apresentasse documentos que comprovassem a formalização, por escrito, dos requerimentos visando à adoção de providências para a confecção dos laudos de neuropsiquiatria, psicopedagogia e de habilidades extraordinárias relacionados ao estudante, bem como a indicação de todas as ações que serão tomadas pela Universidade do Estado da Bahia para possibilitar o retorno do estudante às aulas.

Fonte: Imprensa MPBA (texto adaptado)

[Leia na íntegra](#)

Comemoração dos 40 anos da UNEB



Em homenagem aos 40 anos da Universidade Estadual da Bahia, foi realizada em 29 de julho uma sessão especial na Assembleia Legislativa da Bahia, o Coordenador do CEDUC, Adalvo Dourado, participou da comemoração representando o MP Baiano. A UNEB engloba mais de 22 mil estudantes de graduação e 170 cursos e habilitações (presenciais e à distância), além de 26 programas de pós-graduação, 30 cursos de mestrado e doutorado e mais de 800 projetos de extensão.

Veja matéria completa em: [clique aqui](#)

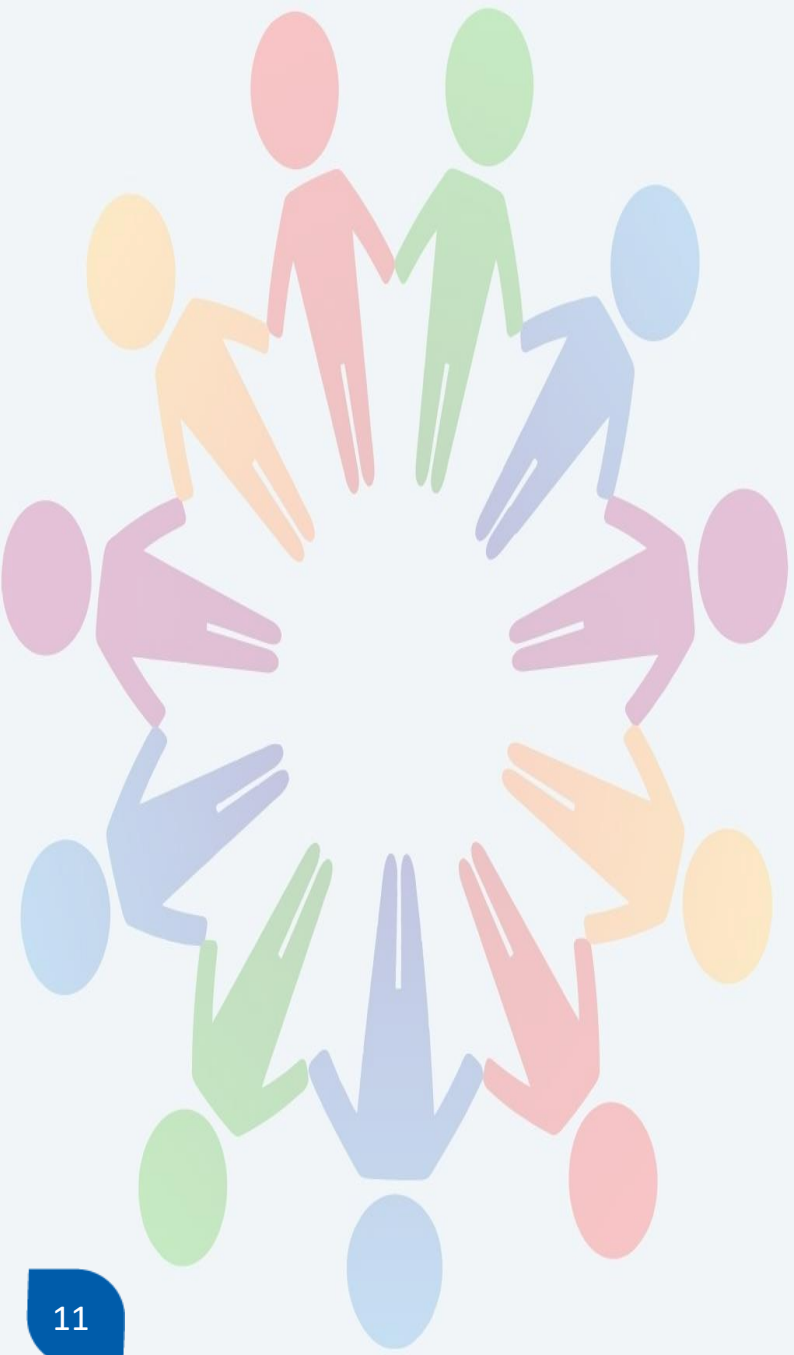
Reunião discute insuficiência de profissionais de educação inclusiva em Salvador e na Bahia

O Ministério Público estadual realizou, na manhã do dia 10 de agosto, uma reunião com as Secretarias de Educação do Estado da Bahia e do Município de Salvador para tratar da insuficiência no quadro de profissionais para Atendimento Educacional Especializado e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil na rede estadual e da capital. O encontro aconteceu na sede do MP, no CAB, com a participação dos promotores de justiça da educação Adelina de Cássia Carvalho, Nidalva Brito e Valmiro Santos Macêdo com os representantes dos órgãos do governo do Estado e do Município e do Conselho Municipal de Educação.

Na ocasião, os promotores apresentaram a necessidade de ampliação imediata do número de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil fornecidos pelo Município de Salvador. O MP ressaltou as dificuldades na implementação inclusiva no estado, entendendo a alta demanda no período pós pandêmico.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado)

[Leia na íntegra](#)



MP aciona Estado da Bahia para garantir profissionais de apoio a alunos com deficiências

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Ruano Leite, acionou o Estado da Bahia para que, em caráter de urgência, disponibilize profissionais de apoio escolar adequados às necessidades de 28 adolescentes e jovens diagnosticados com deficiência na rede estadual de ensino do município de Poções.

Na ação, além da condenação do Estado por danos morais coletivos, o promotor de Justiça também pretende que seja apresentado um plano de gestão que assegure a oferta dos profissionais necessários, especialmente monitores cuidadores, de forma contínua, “de modo a evitar qualquer desassistência a alunos com deficiência” nos municípios de Poções, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Boa Nova e Mirante. A ação do MP iniciou-se a partir de notícias de fato relatando que pessoas com deficiência não estavam frequentando as aulas na rede estadual por falta de monitores para auxiliá-los em suas atividades escolares.

Fonte: Imprensa MPBA

[Leia na íntegra](#)



Acordo para garantir acesso ao EJA em Salvador é discutido em encontro

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Valmiro Macedo, participou do 'XI Encontro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos', realizado nos dias 10 e 11 de agosto, no Hotel Fiesta. O objetivo do encontro foi dar continuidade às tratativas do Termo de Ajustamento e Conduta (TAC) firmado no dia 31 de maio deste ano, entre o MP e a Prefeitura de Salvador, por meio do secretário municipal de Educação, Tiago Dantas.

O acordo garante o direito à educação, no âmbito municipal, aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para proposição do TAC, o promotor considerou um inquérito civil que apurou denúncias de fechamento irregular de 44 unidades de ensino do EJA em Salvador. Foi estabelecido também no primeiro encontro que fossem mantidas as unidades de EJA que atendem aos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, bem como estudos sobre a necessidade de ampliação destas.

Fonte: [Imprensa MPBA](#)

MP requer cumprimento de decisão para Município de Brumado regularizar o atendimento de crianças e adolescentes autistas

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Daniela de Almeida, ajuizou ação de cumprimento de tutela de urgência contra o Município de Brumado para que seja regularizado o atendimento multiprofissional a crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Segundo a promotora de Justiça Daniela de Almeida, foi constatada a oferta irregular do atendimento com psicólogo, fonoaudiólogo e fisioterapeuta, cujos agendamentos não ocorriam em tempo razoável, além da ausência de atendimento com neuropediatra e terapeuta ocupacional. Ela complementou que a Justiça acatou, parcialmente, no dia 11 de abril os pedidos da ação civil pública ajuizada pelo MP, determinando que o Município elaborasse no prazo de 30 dias, um plano para regularizar o serviço multidisciplinar oferecido a crianças e adolescentes com TEA ou outros transtornos.

A decisão determinou também que o Município contratasse profissionais suficientes para suprir as necessidades prescritas pelos médicos aos pacientes, das áreas de fisioterapia e terapia ocupacional; e desenvolvesse um programa de atendimento a crianças e adolescentes diagnosticados com TEA e/ou outros transtornos, com o censo e cadastramento das pessoas nestas condições.

Fonte: Imprensa MPBA

[Leia na íntegra](#)

MP aciona Justiça para que Brumado restabeleça o transporte escolar gratuito



O Ministério Público estadual ajuizou, por meio do promotor de Justiça Alex Bezerra Bacelar, uma ação civil pública contra o Município de Brumado para que seja restabelecido o transporte escolar gratuito para alunos da rede pública de ensino. Na ação, enviada ontem, dia 8, à Vara da Infância e Juventude da Comarca de Brumado, o MP requer que o fornecimento de transporte esteja adequado com os horários de aulas dos estudantes. Caso haja descumprimento, o MP solicita a penalização do Município com multa diária no valor de R\$5.000,00.

Segundo o promotor, o Município foi acionado depois que foram constatadas evidências de que crianças e adolescentes do Colégio CEE estavam sendo prejudicadas no momento em que o transporte escolar saía 50 minutos mais cedo que o encerramento das aulas. Além disso, o MP constatou que o transporte também afeta os estudantes do Colégio Estadual de Brumado, gerando faltas nas aulas em decorrência dos horários conflitantes.

Fonte: [Imprensa MPBA](#)

MP recomenda medidas de segurança para retomada das aulas no Colégio Estadual Luiz Viana Filho

O Ministério Público estadual recomendou, no dia 25 de julho, às secretarias estaduais de Educação (SEC) e de Segurança Pública (SSP) que adotem medidas e mecanismos de segurança para garantir o funcionamento regular das atividades do Colégio Estadual Luiz Viana Filho, localizado em Salvador. Segundo o promotor de Justiça Valmiro Macêdo, autor das recomendações, os alunos ficaram sem aulas por conta da situação de insegurança na unidade de ensino.

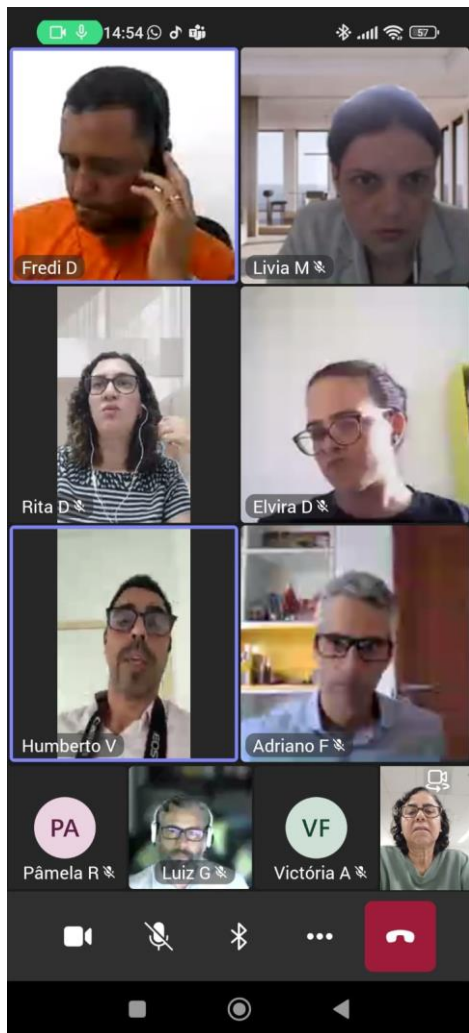
O promotor de Justiça recomendou à SEC que adote medidas para garantir a segurança dos professores da unidade de ensino, com retorno imediato das aulas, e que encaminhe as ações visando a recomposição dos dias letivos e horas-aula estabelecidas pelo sistema de ensino, conforme as regras estabelecidas nos artigos 12, inciso III e 24, § 1º da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº. 9394/1996). À SSP foi recomendado que impulsione, em caráter imediato, os mecanismos e ações operacionais destinados a garantir a incolumidade física dos professores e do corpo escolar vinculados ao colégio, de modo a assegurar o reinício das atividades letivas na unidade de ensino.

Fonte: Imprensa MPBA

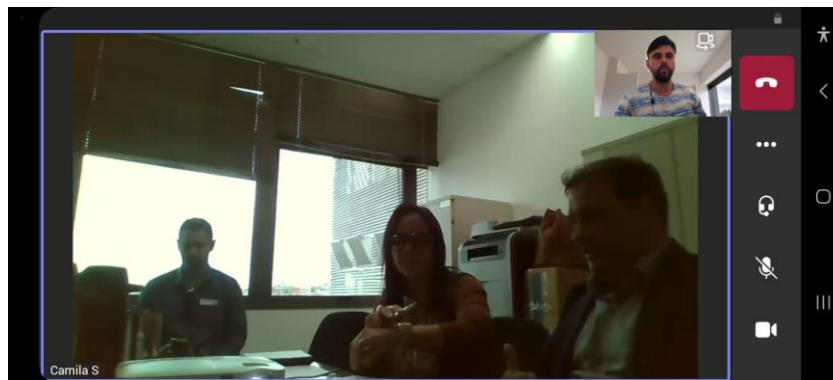


Ações de suporte jurídico e pedagógico

Nos meses de julho e agosto houve 23 reuniões orientativas



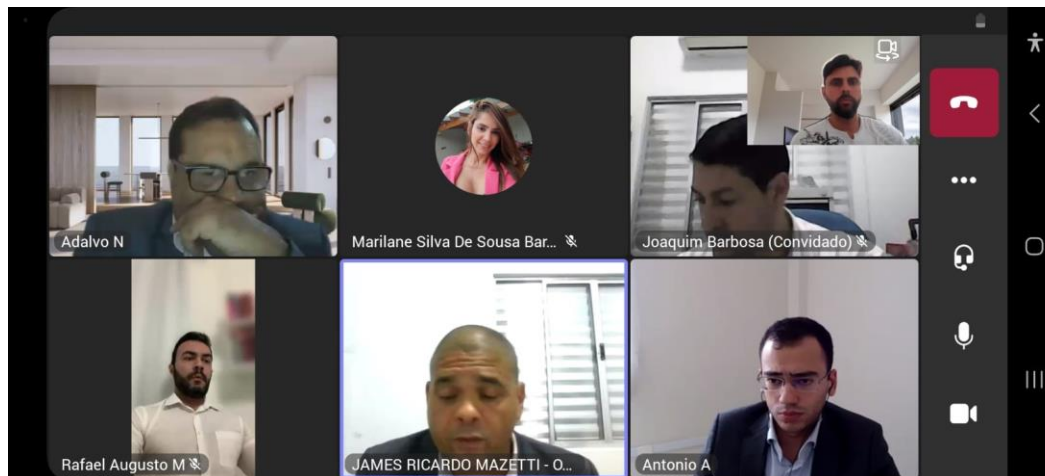
Reunião –Projeto Educação Inclusiva



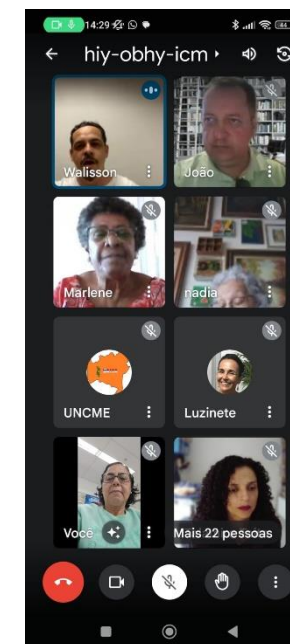
Reunião – Lei Lucas



Reunião – Pedagogos da Central de Assessoramento Técnico Interdisciplinar (Cati)



Reunião – PJ Presidente Jânio Quadros – Transporte escolar



Reunião – FEEBA

Expediente

Procuradora Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEDUC
Coordenador
Adalvo Nunes Doutrado Júnior

Equipe
Cristiane Moreira Araújo
Elizabete Alves Silva Ferreira
José Carlos Santana de Oliveira
José Sergio Gomes da Silva
Iracema dos Santos Lemos
Patricia Souza Gomes A. de Oliveira
Rafael Augusto Mansur Góes

Organização e Produção do Boletim
Patricia Souza Gomes Alves de Oliveira
José Sérgio Gomes da Silva
Iracema dos Santos Lemos

 Ceduc@mpba.mp.br
 3103-0385
 3103-0387
 3103-0388



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui

Índice

